



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Coordenação de Licitações
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303-220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

ANEXO II

ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (IN SEGES/MPDG 05/2017)

1. ASSUNTO

Contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços de conclusão do muro e gradil do terreno, construção de guarita, base para container EAD e fechamento lateral da área de convivência do Campus Avançado Bonfim do IFRR.

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

O objeto do presente documento fundamenta-se na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013; Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014; Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 03, de 20 de abril de 2017; Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017.

Além disso, devem ser observadas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis ao caso.

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

Para elaboração do presente estudo técnico verificou-se os seguintes contratos anteriores:

- Contrato nº 18/2016 – UASG 158152;

4. CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011

Considerando que as informações contidas neste documento não colocam em risco a segurança da sociedade ou do Estado, haja vista não se enquadrar em nenhuma alínea prevista no art. 23 da Lei nº 12.527/2011, não se faz necessário a classificação das informações como sigilosa com base na referida lei.

5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O muro no entorno do Campus Avançado Bonfim começou a ser construído em 2017 e não foi concluído pela empresa contratada, ficando com os serviços parcialmente executados. Sendo necessário assim, a realização dos serviços restantes e ajustes de alguns já executados, com o objetivo de conclusão do muro e gradil do terreno.

Considerando que na época da execução dos serviços não existia rua pavimentada de acesso ao Campus, o muro foi executado com uma altura estimada. Entretanto, após a paralisação da obra do muro, a prefeitura local iniciou a execução das obras de pavimentação da rua de acesso, sendo elevados significativamente os níveis do greide da rua. Consequentemente, a calçada frontal do prédio do campus foi elevada durante a obra, que resultou na altura do muro muito baixo para a segurança da edificação. Dessa forma, faz-se necessário a realização da elevação do muro e gradil, juntamente com ajustes em pingadeiras e alvenarias para concluir os serviços e manter a funcionalidade esperada, bem como realizar a pintura geral do muro para revitalização da qualidade, uma vez que os serviços executados à época encontram-se bastante deteriorados em função do tempo, por esse motivo, viu-se a necessidade de algumas modificações e atualizações no projeto inicial visando melhorar as instalações e execução dos serviços.

Além disso, tendo em conta que foi aberto um portão lateral de acesso de serviços, na época da construção do muro, faz-se necessário a construção de uma guarita de controle de entrada e saída de veículos, já que inicialmente no projeto do muro estava previsto apenas o portão frontal com guarita diretamente no prédio.

Como o Campus dispõe de um container com laboratório móvel e este equipamento está disposto naquele



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Coordenação de Licitações
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303-220, (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Campus, também se faz necessário a construção da base de concreto com o objetivo de ser assentado o equipamento e servir como uma sala de aula ou laboratórios da unidade recém concluída no ano de 2019.

Além disso, durante o fim da execução da construção da obra sede do Campus, devido as fortes chuvas e incidência de ventos no local no período, verificou-se a entrada de água pela parte lateral do ambiente de convivência, que estava aberto para entrada de ventilação e iluminação natural. Que por sua vez prejudicará as atividades naquele setor. Dessa forma, deve ser instalada uma vedação daquela parede em vidro, com a finalidade de evitar a entrada de água da chuva e manter a iluminação natural do ambiente.

Dessa forma, a execução dos serviços acima tem a finalidade de proporcionar maior segurança, conforto e comodidade aos usuários da unidade.

6. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DO IFRR

A presente contratação está prevista no Plano Diretor de Obras 2019-2023 constante no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR 2019-2023. Além disso, a contratação está dentro do rol de serviços previstos no Plano Anual de Trabalho do exercício 2019, no Macroprocesso 3 – Gestão de Obras Civis: Ação Institucional.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA OU NÃO;

Os serviços a serem contratados não possuem natureza continuada, ao passo que trata da contratação de objeto por escopo para prestação de um serviço específico a ser realizado em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário a conclusão do objeto.

7.2 REQUISITOS TÉCNICOS

Para que o serviço possa ser satisfatoriamente executado, com qualidade, segurança e destreza, faz-se necessário a exigência de requisitos mínimos de qualificação técnica a ser apresentado pela empresa que prestará o serviço objeto da contratação:

- Prova de inscrição ou registro da empresa e de seus responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010) da região, em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho de atividades pertinentes e compatível com o objeto da presente contratação;
- Comprovação da empresa de possuir em seu corpo técnico, durante a execução do contrato, de pelo menos 01 (um) profissional de Nível Superior com habilitação para desempenhar as atividades objeto da contratação, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) à prestação de serviço(s) compatível(eis) com o objeto da presente licitação, a ser definido após a conclusão do levantamento dos serviços a serem executados.

7.3 CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Devem ser observados, quando aplicável ao caso, nas especificações dos serviços e elaboração dos projetos de engenharia da contratação de obras e serviços de engenharia, visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Coordenação de Licitações
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303-220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

impacto ambiental, os seguintes critérios e práticas apresentados na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI do MPOG :

- a) uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b) automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- e) sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f) sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g) aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- i) quando for o caso, comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- j) priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- k) Elaborar, quando necessário, o Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, devendo ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

Devem ser observados, na aquisição de bens e compras, os seguintes critérios e praticas de sustentabilidade:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Coordenação de Licitações
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303-220, (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

- c) Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999

7.4 DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

A duração da vigência inicial do contrato deverá ser de 12 meses, considerando prazo estimado para a execução dos serviços de 6 meses, ou prazo a ser definido pelo setor técnico de engenharia, e o prazos necessários para realizar o recebimento do objeto, nos termos da Lei 8.666/1993, e demais obrigações das partes, que somam em média o prazo de 5 meses.

7.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS:

Não se aplica ao caso, tendo em vista se tratar de uma contratação indireta de serviço não continuado, sendo ainda atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo aplicável ao caso qualquer tipo de transferências de conhecimento ou técnicas empregadas.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa será realizada com base no levantamento de quantidades de serviços dos projetos de engenharia, a ser anexado aos autos, com elementos suficientes e necessários a correta execução da contratação, a ser apresentada em planilha e memória de cálculo nos autos do processo.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

Dentre as soluções para a demanda, somente foram vislumbrados as seguintes opções:

- Aquisição do material e execução pelos servidores da instituição. No entanto, a Administração não possui cargos e quantidades de pessoal compatível para execução dos serviços, se mostrando uma solução impossível;
- Contratação de uma empresa especializada no ramo de engenharia para a execução dos serviços com fornecimento de material e mão de obra para conclusão do muro e gradil do terreno, construção de uma guarita, construção de uma base e instalação elétrica para o container EAD e fechamento lateral da área de convivência do prédio com material que permita a entrada de luz natural.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Coordenação de Licitações
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303-220, (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Dentre as soluções apresentadas a que se mostra mais adequada está na contratação de uma empresa especializada no ramo de engenharia para a execução dos serviços com fornecimento de material e mão de obra para conclusão do muro, construção da guarita, base para o container EAD e fechamento lateral da área de convivência da construção, a ser executado no mesmo contrato.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

O valor estimado para a contratação será realizado em planilha de orçamento expedito a ser realizado pelo setor técnico de engenharia e anexado aos autos com base na metodologia trazida no Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, sendo adotado pesquisa de preços dos insumos dos serviços no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) da Caixa Econômica Federal (CEF), com preços para o Estado de Roraima. Na ausência de preços referenciais no SINAPI será adotado pesquisa de preços realizada com base na metodologia da Instrução Normativa nº. 5 de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº. 3 de 20 de abril de 2017.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto, no entanto, não é a solução mais vantajosa para a Administração, sendo a solução mais satisfatória do ponto de vista técnico, gerencial e qualidade do empreendimento, o não parcelamento da solução. Uma vez que o gerenciamento permanecendo no mesmo Contratado, oferecerá um maior nível de controle por parte da Administração na execução dos serviços e na observância do cronograma, já que a responsabilidade e garantia dos resultados estará concentrada em uma só Administração.

Ressalta-se que em obras de engenharia com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva pode implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os serviços indicados neste Estudo tem por objetivo:

- Proporcionar maior segurança aos usuários daquela unidade, de forma que possa permitir e melhorar o controle de acesso ao terreno e edificação;
- Atender a instalação do Container EAD para realização de aulas e atividades da unidade;
- Evitar a entrada de água na área da convivência devido à incidência de chuvas e ventos na área.

14. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Os serviços a serem contratados poderão ser executados durante o horário de expediente sem interferência direta nas atividades da unidade, salvo identificação de necessidade de adaptação do ambiente após essa fase do estudo preliminar. Não sendo necessário a paralisação provisória das atividades ou instalação provisória do ambiente de trabalho em outro prédio durante a execução do contrato. Devendo apenas ser realizado a isolamento da área da guarita para não adentrar pessoas não autorizadas e evitar o trânsito de trabalhadores pela área do prédio.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se constatou contratações correlatas nem interdependentes que pudesse ocasionar a inviabilidade e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Coordenação de Licitações
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303-220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

contratação desta demanda.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriormente apresentados no presente documento de Estudo Preliminar realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS ser VIÁVEL a contratação.

17. MEMBRO(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

É responsável pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação o(s) seguinte(s) servidor(es):

Boa Vista – RR, 02 de agosto de 2019.

RODRIGO DA SILVA SANTOS
Siape: 1016145
Diretor do Departamento Téc. de Engenharia e Obras
Eng. Civil – CREA RR 0913177016

ANA KELLE NEVES MESQUITA
Siape: 2405501
Eng. Civil – CREA RR 091302497-0